

Dívida pública cresce 1,75% em setembro

BRASÍLIA – A dívida pública líquida (Tesouro Nacional mais o Banco Central) aumentou 1,75%, passando de R\$ 494 bilhões, em agosto, para R\$ 502,65 bilhões em setembro. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) explicou que a elevação se deve à emissão líquida de títulos no valor de R\$ 1 bilhão em agosto. Aumentou também o custo de rolagem da dívida pública.

O coordenador da Dívida Pública da STN, Paulo Valle, explica que o crescimento da dívida líquida pode ser considerado vegetativo, pois inclui juros e outras obrigações. Na verdade, houve uma contração de R\$ 1 bilhão na liquidez do mercado de títulos públicos, como resultado da diferença entre vendas no montante de R\$ 15,9 bilhões e resgates de R\$ 14,9 bilhões.

Inquietação – O mercado de *swap* (operação de troca de ativos), entretanto, aponta hoje para uma alta da taxa de juros, oscilando em torno de 17,30%, conforme admitiu o economista-sênior do Citibank, Robério Costa. “Isto não significa o fim do mundo, mas reflete o nível de incerteza sobre a questão externa. Se o mercado estivesse realmente nervoso, esse prêmio (*juro embutido no título*) seria bem maior”.

Outro indicador dessa inquietação é a ligeira alta da remuneração das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) no último leilão de terça-feira, quando passou de 17,11% para 17,32%. O prazo de rolagem da dívida pública é hoje de 15 meses. A intenção do governo é reduzi-lo para tranquilizar os investidores. Quanto maior for a

instabilidade, mais o governo tenderá a reduzir o prazo de vencimento da rolagem de sua dívida. Neste aspecto, o pior momento para o país foi o que sucedeu a desvalorização do real, em janeiro de 1999. Naquela época, o prazo despencou para seis meses.

Somente em setembro, o Banco Central foi obrigado a intervir por oito vezes no mercado secundário com o objetivo de manter administrada a taxa de juros. As três primeiras foram operações de venda de títulos federais com compromisso de recompra, a taxa média de 16,40% ao ano e prazo de dois dias úteis. As cinco intervenções restantes foram operações doadoras de recursos, realizadas à taxa média de 16,60% ao ano e prazo de três dias úteis.